



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

EIXO POLÍTICA SOCIAL, SEGURIDADE SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL

Políticas Sociais e pobreza multidimensional de crianças e adolescentes: cenário de (des)proteção social da população infanto-juvenil brasileira

Ariadne Rinaldi da Rosa Saratt¹
Carla Rosane Bressan²

Resumo: O artigo estuda os atuais indicativos sobre as crianças e adolescentes brasileiros, objetivando demonstrar como as características do Regime de Proteção Social vigente na América Latina, mais especificamente no Brasil, impactam nas condições objetivas de vida de nossos jovens, crianças e seus familiares. Adota-se o método de análise dos dados empíricos das matérias publicadas nos primeiros anos da pandemia, o relatório produzido pelo UNICEF (2023) e referências bibliográficas sobre o tema das políticas sociais. Evidenciou-se que a precarização da vida dos infantes perpassa as condições de trabalho e classe social de seus responsáveis e a necessidade de políticas sociais articuladas.

Palavras-chave: políticas sociais; criança e adolescente; pobreza multidimensional.

Abstract: The article studies current indicators on Brazilian children and adolescents, aiming to demonstrate how the characteristics of the Social Protection Regime in force in Latin America, more specifically in Brazil, impact the objective living conditions of our young people, children and their families. The method of analyzing empirical data from articles published in the first years of the pandemic, the report produced by UNICEF (2023) and bibliographic references on the topic of social policies was adopted. It was evident that the precariousness of the lives of infants permeates the working conditions and social class of their guardians and the need for articulated social policies.

Keywords: social policies; child and teenager; multidimensional poverty.

INTRODUÇÃO

Diante dos indicativos recentes sobre a população infanto-juvenil brasileira, publicados por órgãos nacionais e internacionais, nos deparamos com um cenário alarmante

¹ Assistente Social, bolsista de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC). E-mail: ariasaratt@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social. E-mail: bressan.carla@ufsc.br.



das condições de vida de um contingente de 32 milhões de crianças e adolescentes brasileiros impactados por múltiplas dimensões da pobreza. Desde a pandemia do Covid-19 os dados das pesquisas desenvolvidas pela equipe do NECAD/DSS/UFSC já nos vinham sinalizando para uma latente problemática social envolvendo às crianças e adolescentes que foi se confirmando ao decorrer do período pós-pandêmico.

Diante dessa conjuntura e compreendendo que a Doutrina da Proteção Integral, cuja chave decorre da proteção integral de crianças e adolescentes, coloca os direitos das crianças e adolescentes como população prioritária, vemos a necessidade de investigar mais a fundo o que a dinâmica sócio-histórica das Políticas Sociais brasileiras pode nos oferece de elementos para compreensão dessa problemática. Visto que mesmo com os avanços dos direitos das crianças e adolescentes, a partir do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a maioria dessa população ainda se encontra desprotegida e tendo seu pleno desenvolvimento impactado pela pobreza, em suas múltiplas determinações.

Dito isso, o objetivo do artigo é mostrar como as características do Regime de Proteção Social vigente na América Latina, mais especificamente no Brasil, impactam nas condições objetivas de vida dos nossos jovens, crianças e seus familiares. Tem-se como finalidade estabelecer uma reflexão partindo das particularidades da realidade infanto-juvenil para um olhar de totalidade social, no qual a análise do Regime de Proteção Social se faz relevante.

O presente texto está organizado em duas seções, sendo que: na primeira é abordado os principais resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Repercussões da pandemia na infância e adolescência: registros da mídia nacional e internacional”, a fim de demonstrar as repercussões da recente crise sanitária global na população infanto juvenil brasileira. Em diálogo com os dados da pesquisa, é abordado elementos centrais do recente relatório produzido pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF, 2023) sobre “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil”, visto que a categoria pobreza multidimensional possibilita sintetizar as múltiplas desigualdades identificadas ao longo de pesquisa.

Na segunda seção do texto é abordado algumas características do Regime de Mix de Bem-Estar, característico da proteção social brasileira, assim como alguns aspectos históricos das políticas sociais brasileiras que guardam relação com as condições de vida das crianças, adolescentes e suas famílias. Para isso, utilizaremos como base os estudos de Armando Barrientos (2008) e Amélia Cohn (2020). Por fim, será exposto nossas considerações finais a respeito da temática.



1. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA INFÂNCIA E JUVENTUDE: ELEMENTOS PARA CONTEXTUALIZAR O DEBATE

Falar, pesquisar e trabalhar com a população infanto-juvenil por vezes pode sensibilizar a opinião pública, visto que atualmente temos a compreensão de que esses sujeitos se encontram em uma condição peculiar, diferente de outras fases como a vida adulta ou a velhice. No principal marco que rege os direitos das crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), estes cidadãos são considerados sujeitos em desenvolvimento e a partir disso derivam diversas particularidades sobre a sua participação na sociedade e seus acessos a condições dignas de vida.

Apesar de todo aparato jurídico e de ser disseminado no senso comum que as crianças e adolescentes são sujeitos que necessitam de proteção social e de acesso a condições dignas de vida, a pesquisa aqui referenciada que buscou analisar as repercussões da pandemia de Covid-19 nessa população demonstra um quadro alarmante onde as mais diferentes dimensões do desenvolvimento humano foram impactadas, tais como: a saúde física e mental, educacional, segurança alimentar, convívio social e comunitário, acesso a bens e serviços, moradia, saneamento e dentre outras.

As afirmativas acima indicadas, tomam como referência os resultados obtidos com o desenvolvimento do projeto de pesquisa “Repercussões da pandemia na infância e adolescência: registros da mídia nacional e internacional” em desenvolvimento desde fevereiro de 2021; e, do subprojeto “INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E PANDEMIA: os impactos causados pela pandemia de COVID-19 a partir de recortes de classe, gênero e etnia registrados em produções disponíveis online entre os anos de 2020 a 2022” beneficiado pelo Edital Propesq nº01/2021 do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFSC), que coletou as matérias veiculadas pela mídia digital de circulação aberta que versavam sobre a pandemia de COVID-19 e tinham relação com o público infanto-juvenil.

Os dados demonstraram, por exemplo, que o isolamento social (9,8%) foi a principal pauta dos noticiários analisados, é consenso que esta situação atípica impactou indiretamente em vários âmbitos da vida. Imediatamente os desdobramentos do afastamento se deram principalmente na socialização e nas rotinas de crianças, adolescentes e suas famílias, nas reportagens observou-se um esforço em se pensar estratégias lúdicas e criativas para os responsáveis fazerem com seus filhos, principalmente levando em conta a saúde física e mental das crianças em isolamento.

O segundo dado que chamou atenção diz respeito à primeira infância (9,3%), ou seja, os recém-nascidos, bebês e crianças até 6 anos. As matérias sobre primeira infância



versavam principalmente sobre as condições de saúde destes e sobre a possibilidade das crianças serem transmissoras de Covid-19. Além da referida questão, o campo da saúde foi profundamente impactado principalmente no que se refere à política pública preventiva, ou seja, a vacinação da primeira infância vai ser profundamente afetada. Segundo o documento base da 12ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CNDCA) produzido pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), registra-se que

A pandemia da Covid 19 também afetou a primeira infância. Na área da saúde, o levantamento “Impacto da pandemia nos lares brasileiros: Como as famílias estão lidando com a nova realidade”, realizado em outubro de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), informa que 29% dos pais adiaram a vacinação dos filhos após o surgimento da pandemia – o que equivale a dizer que uma em cada três famílias não imunizou seus filhos neste período. (CONANDA, 2022, p. 11)

A temática da educação teve incidência significativa, representando 6,4% das notícias analisadas. Na área educacional as categorias mais incidentes foram: ensino remoto (6%), aulas presenciais (3,9%), desigualdade (3,4%), insegurança alimentar (1,8%), alimentação escolar (1,2%), professores (1%), escolas privadas (1,8%), convivência familiar e comunitária (2,2%), ENEM (2%), tecnologias (0,8%), socialização (0,8%), (ensino superior (0,3%), atividades online (0,4%), leitura e livros (0,3%), evasão e frequência escolar (0,3%).

É compreensível que os indicativos sobre as condições de vida dessas crianças e adolescentes, durante e após a pandemia de Covid-19, se evidenciem articulados a informações referentes ao seu processo de escolarização, visto que a escola configura um dos principais locais de socialização nessa fase da vida.

Nas categorias correlatas a educação é possível observar que a desigualdade educacional se materializa através da exclusão no acesso a bens e serviços necessários, como as ferramentas tecnológicas em quantidade e qualidade suficientes para uma participação mais efetiva nas atividades educacionais e formativas não presenciais, além de condições de moradia e suporte que propiciam o processo de aprendizagem.

A insegurança alimentar evidenciada pela falta da merenda escolar causou desdobramento não apenas nos estudantes, mas também em seus familiares que contavam com as refeições oferecidas na escola. O movimento, observado em diversos estados e municípios, em prol de disponibilizar cestas básicas às famílias dos educandos, também sinaliza para emergência da questão da fome. É central reconhecermos que a insegurança alimentar de jovens e crianças incide na saúde física e nas condições básicas para a aprendizagem de crianças e adolescentes das escolas públicas brasileiras.

Situações vivenciadas com o aprofundamento da crise econômica, entre elas a fome, o trabalho infantil e a violência, bem como o uso excessivo de equipamentos eletrônicos neste período, apontam para um olhar mais amplo acerca da saúde



mental de crianças e adolescentes através de uma abordagem intersetorial. (CONANDA, 2022, p.9)

A falta de convívio também demonstrou consequências para saúde mental das crianças e jovens, visto que “22% dos adolescentes e jovens entrevistados (de 15 e 24 anos) sentem-se deprimidos” (CONANDA, 2022, p. 9). Os impactos do isolamento social para com o convívio comunitário e a socialização das crianças e adolescentes também é um elemento importante, visto que as trocas e intercâmbios de informações e vivências, dentro ou fora das instituições de ensino, são elementos centrais para a formação e desenvolvimento dos indivíduos sociais.

Nesse sentido, tenhamos em conta que os primeiros anos de vida são decisivos para a infância, seja em termos físicos, cognitivos, relacionados à saúde, ou emocionais. É na infância que o cérebro se forma, a língua é aprendida e as brincadeiras, o lúdico e as vivências passam a compor uma memória afetiva, de alegria e esperança levada na trajetória de cada indivíduo. A adolescência, por sua vez, marca a transição para a vida adulta. Uma etapa que também não requer cuidados menores, porque são de outra dinâmica, sobretudo, de apoio em prol de uma formação que já se apresenta, conferindo e aparando os vieses do pleno desenvolvimento. Deixar milhões de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é tirar-lhes a riqueza do futuro e condená-los a uma vida com menos e poucas possibilidades. Uma privação não é só uma privação, no caso da infância e da adolescência, ela também sinaliza regressões para as políticas do Estado, além de comprometer o presente e o futuro da parcela dessa população, seus pais, e profissionais envolvidos diretamente nesse processo. Ora, as consequências para uma nação em que 6 de cada 10 crianças estão na pobreza estão solapando a boa história do próprio país e evidenciando uma política de negligências em prol de uma política de proteção e garantias de direitos. (Rosseto; Veronese, 2023, p. 437)

Tomando como referência as questões acima registradas, um estudo recentemente publicado pelo UNICEF, intitulado “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil” (2023) apresenta indicativos fundamentais que explicitam a situação de pobreza que crianças e adolescente brasileiros estão submetidos e que foram agravadas pelo contexto pandêmico, denunciando do atual contexto de (des)proteção social a que estão submetidos.

1.2. Pobreza multidimensional: um cenário agravado pela crise sanitária, econômica e política

Dados obtidos no processo de pesquisa, são reafirmados pelo documento publicado pelo Fundo das Nações Unidas (UNICEF, 2023) principalmente quando aponta a crise sanitária do Covid-19 como um dos determinantes na precarização exacerbada das condições de vida das crianças e dos jovens brasileiros.



Os resultados aqui descritos revelam que os avanços conquistados na garantia dos direitos de crianças e adolescentes ao longo dos anos em vários campos podem se estagnar e regredir, principalmente em situações de crise, como a pandemia de covid-19. Também ressaltam que os desafios estruturais e as desigualdades regionais, raciais e de gênero persistem no Brasil, apesar de todos os esforços para melhorar as condições de vida de todos os meninos e de todas as meninas do País nas últimas décadas. (UNICEF, 2023, p. 18)

Salta aos olhos a herança de nosso passado colonial e escravocrata ainda nos dias de hoje, quando a pobreza multidimensional que atinge 63,1% da população infanto-juvenil se localiza com maior incidência na população não branca.

É importante destacar que as privações se dividem de maneira desigual entre a população, especialmente quando se analisam os critérios de raça/etnia, região de moradia e gênero. De modo geral, a pobreza multidimensional impacta mais fortemente as regiões Norte e Nordeste e negros(as) e indígenas. (UNICEF, 2023, p. 5)

Vale ressaltar de que, as reportagens analisadas não abordavam diretamente a questão de cor, raça e etnia, talvez pelo fato das reportagens serem oriundas da grande mídia e a questão racial no Brasil ser conhecidamente atravessada pela lógica do mito da democracia racial, que ignora e acoberta a cor, origem e etnia do principal contingente da população vítima da pauperização. Porém, em uma análise crítica é possível captar um objetivo recorte racial nas reportagens que versavam sobre desigualdade e necessidade de auxílios emergenciais na pandemia.

Soma-se a isso os dados apontados pelo Conanda (2022, p. 5) sobre o fato de que "A pandemia aprofundou as desigualdades com maiores efeitos na vida de mulheres, negras e negros, afrodescendentes, povos indígenas e comunidades marginalizadas". Neste documento orientador da 12ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CNDCA), produzido pelo Conanda, as crianças e adolescentes periféricos, negros e indígenas apareciam entre os índices mais alarmantes sobre acesso a saúde (p. 8), desigualdade educacional (p. 9 e 12), insegurança alimentar (p. 11) e trabalho infantil (p.13).

Segundo a UNICEF (2023, p. 1) a pobreza multidimensional não se restringe apenas à questão de renda "(...) ela é resultado da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que meninas e meninos estão expostos". Apesar de não se levar apenas em conta o aspecto monetário, os dados coletados indicam que as crianças e adolescentes de baixa renda - oriundos da classe trabalhadora - estão mais propensos a terem seus direitos negados.

(...) dentre os 49,8% de crianças e adolescentes com alguma privação não monetária, mais da metade sofria também de pobreza monetária. Por outro lado, dentre os 38,5% de crianças e adolescentes pobres, mais de dois terços sofriam de alguma privação não monetária. Ou seja, o aumento nas privações de renda pode fazer com que crianças e adolescentes acabem sendo atingidos(as) por privações de direitos em outras dimensões. (UNICEF, 2023, p. 7)



Além disso, a questão de renda – e consequentemente de classe – é a segunda dimensão que mais contribui para a pobreza multidimensional (32,9%), a primeira é a falta de saneamento básico (33,9%).

Ou seja, de cada dez situações de privação que afetam crianças e adolescentes no Brasil como um todo, três estão associadas à falta de banheiro de uso exclusivo ou de um sistema adequado de esgoto e outras três são relativas a um nível de rendimento inferior à linha de pobreza e de pobreza extrema (UNICEF, 2023, p. 5)

Nesse sentido busca-se enfatizar que apesar das múltiplas dimensões da pobreza que vem impactando na vida das crianças e adolescentes, é inegável que a questão de classe e raça são centrais quando se pretende compreender a realidade e “(...) revelar quais são as dimensões ou os grupos comparativamente mais relevantes (de maior incidência na pobreza), constituindo assim um elemento orientador de políticas públicas para atenuar ou combater esse problema.” (UNICEF, 2023, p. 5)

As dimensões que a compõem o conceito de pobreza multidimensional desenvolvido pela UNICEF (2023) são: alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. Segundo o documento

(...) entre os oito indicadores que compõem a pobreza multidimensional, três deles tiveram piora expressiva entre 2020 e 2022: alimentação, educação e renda. Os demais não puderam ser atualizados devido a dificuldades na coleta de dados pelo IBGE durante a pandemia de covid-19. Mesmo sem essa atualização, o cenário também se mostrou grave. Apenas o indicador de acesso à informação apresentou melhora significativa, entre 2017 e 2020. Trabalho infantil e acesso à moradia ficaram relativamente estáveis, mas em níveis de privação elevados. Em relação a água e saneamento, os avanços foram tímidos e insuficientes. (UNICEF, 2023, p.1)

Essa conceituação é duplamente importante para a presente análise: primeiramente quando considerado os resultados da pesquisa; e, em segundo lugar, porque demonstra a importância de pensar, construir e implementar políticas públicas articuladas que dê conta das múltiplas privações de direitos que afligem as crianças, adolescentes e suas famílias.

Dessa forma é de fundamental importância tomar como referência as políticas públicas brasileiras, considerando suas características históricas que auxiliam na compreensão da realidade concreta de crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva de totalidade, compreendendo-os como sujeitos inseridos na dinâmica (anti)social do capitalismo onde sua classe social é determinante, dentre outras coisas, no acesso a políticas sociais.

2. POLÍTICAS SOCIAIS E PROTEÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES BRASILEIROS



Às políticas sociais no Brasil tem três características que gostaríamos de salientar a fim de articular ao debate aqui proposto: 1) o histórico caráter fragmentado das políticas sociais brasileiras; 2) a centralidade na família no Regime de Mix de Bem-Estar característico dos países latino-americanos; 3) a estratificação presente nas políticas públicas e sua relação com a questão do trabalho e classe social.

A fragmentação das políticas sociais está diretamente relacionada com o fato de que no Brasil nunca houve um propósito, por parte do Estado, de se instituir um Regime de Bem-Estar Social. As políticas sociais até a segunda metade da década de oitenta ocorriam de forma desarticuladas a partir de pressões populares e também dos interesses do capital, decorrendo disso, por exemplo, o fato de que as primeiras políticas sociais surgem na lógica de seguros, apenas para alguns setores da classe trabalhadora, setores estes que eram estratégicos para a dinâmica econômica do país na época.

O perfil de rede de proteção social constituída ao longo daquele século que tem como característica ser composta por um conjunto de políticas sociais fragmentadas entre si, com seus ritmos e trajetórias específicos traçados sem sincronismo, contando com fontes distintas de financiamento sem garantias constitucionais, e não configurando o acesso a serviços e benefícios sociais como direitos. O acesso a estes era determinado pelo acesso ao mercado (Cohn, 2020, p.131)

Desde o princípio podemos identificar a característica contraditória das políticas sociais, contradição esta que é inerente às relações sociais na ordem capitalista. Se por um lado o Estado, através das políticas públicas, cumpre com o seu dever de assegurar direitos aos seus cidadãos (muitas vezes pressionado pelo acirramento da luta de classes), por outro lado estes direitos são assegurados dentro de uma lógica e dinâmica que esteja em consonância com os interesses da classe dominante, neutralizando as iniciativas de pressão popular e tornando os direitos mercadorias.

Amélia Cohn (2020, p.135) e Armando Barrientos (2008) apontam que o sistema de proteção social brasileiro é distinto do modelo de Estado de Bem-Estar Social e que no Brasil a inclusão social ocorre via emprego. Tais considerações trazidas por ambos os autores coloca para nós uma reflexão importante: se a proteção social advém principalmente do mercado de trabalho e o mercado de trabalho brasileiro historicamente vem colocando grande parte da população na informalidade no subemprego - e portanto fora dos critérios para acessar alguns direitos - poderíamos deduzir que além de não acessar às políticas públicas, grande parte da população fica a mercê do mercado ou do agregado familiar para sanar suas necessidades.

Uma característica dominante dos países latino-americanos antes das recentes reformas era o papel do seguro social e da protecção do emprego para os



trabalhadores com emprego formal, e a sua contrapartida, a cobertura restrita da produção formal de bem-estar, resultando na exclusão de amplos sectores da população, e especialmente grupos pobres e vulneráveis. (Barrientos, 2008, p. 124, tradução nossa)³

Na obra de Armando Barrientos (2008) os países latino-americanos, como o Brasil são caracterizados como tendo um Regime de Mix de Bem-Estar onde a protecção social é instável, segmentada e os cidadãos contam com três frentes para suprir suas necessidades sociais: a família, o Estado e o mercado.

Contudo, a presença mínima, e em alguns casos a ausência total, de um Estado de bem-estar social diferencia os países latino-americanos. A natureza estratificada da segurança social e da protecção do emprego, bem como a presença de complementos salariais familiares e a concepção específica da protecção da maternidade, são características paralelas fundamentais do regime conservador de segurança social. Isto também se aplica à segmentação dos seguros de saúde e da prestação de cuidados de saúde, e ao importante papel dos empregadores na prestação de assistência social. Fora do agregado familiar, estas são as principais instituições de produção de bem-estar e dominam a combinação de bem-estar. (Barrientos, 2008, p. 139, tradução nossa)⁴

Isso significa dizer que a política social, em seu amplo aspecto, não oferece uma cobertura universal aos cidadãos - salvo algumas exceções como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) e a educação básica - tendo estes que recorrer ao mercado ou ainda ao agregado familiar para ter condições de reproduzir sua vida. O autor ainda demonstra em seus estudos que para a classe trabalhadora "O agregado familiar é uma importante fonte de seguro contra o risco social e, para muitos grupos de baixos rendimentos, constitui o principal meio de protecção do consumo do agregado familiar. (Barrientos, 2008, p. 124, tradução nossa)⁵

Contraditoriamente, ou não, os grupos mais marginalizados são também os menos protegidos pelas políticas sociais. Isso pode ser explicado, por exemplo, através da estratificação presente nas políticas públicas que faz com que "Em vez de evoluir para uma cobertura universal, a segurança social e a protecção do emprego reforçaram a

³ "A dominant feature of Latin American countries before the recent reforms was the role of social insurance and employment protection for workers in formal employment, and its counterpart, the restricted coverage of formal welfare production, resulting in the exclusion of wide sections of the population, and especially poor and vulnerable groups."

⁴ "However, the minimal presence, and in some cases the total absence, of a welfare state differentiates Latin American countries. The stratified nature of social security and employment protection, as well as the presence of family salary supplements and the specific design of maternity protection, are fundamental parallel features of the conservative social security regime. This also applies to the segmentation of health insurance and healthcare provision, and the important role of employers in the provision of social assistance. Outside the household, these are the main welfare-producing institutions and dominate the welfare mix."

⁵ "The household is an important source of insurance against social risk and, for many low-income groups, it constitutes the main means of protecting household consumption."



segmentação no mix de bem estar, excluindo grupos de trabalhadores mais vulneráveis.” (Barrientos, 2008, p. 160, tradução nossa)⁶

É importante sinalizar que na proteção social das crianças e adolescentes brasileiros, considerando o regime de Mix de Bem-Estar Social vigente, observa-se que os jovens e crianças oriundos de famílias abastadas dificilmente necessitarão acessar às políticas públicas do Estado (mesmo que por vezes às acessem), tendo boa parte das suas necessidades sanadas no âmbito privado, através do mercado.

Portanto quando pensamos em crianças e adolescentes acessando seus direitos através de políticas públicas, em sua maioria estamos tratando sobre uma população infanto-juvenil oriunda da classe trabalhadora. Dito isso, buscamos explicitar aqui a centralidade das categorias trabalho e classe social na análise das políticas sociais, inclusive para o que tange às crianças e adolescentes

A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. (Marx, 1983 *apud* Klein, 2012, p.28)

Visto isso, é central investigarmos como a lógica de estratificação, que está intimamente ligada às relações e vínculos de trabalho, também impacta na vida destes infantes, mesmo que estes não possam exercer uma função laboral, a classe social e o trabalho exercido pelos seus familiares irão ser determinantes para as condições de vida dessas crianças.

Nesse sentido, Barrientos (2008) nos apresenta alguns elementos para compreender a centralidade do trabalho no que diz respeito ao acesso a políticas sociais em países onde o Regime de Mix de bem-estar é predominante.

O foco no mercado de trabalho é explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, é explicado pelo papel dominante do mercado de trabalho no mix de bem-estar na região. O mercado de trabalho é fundamental para as estratégias das famílias para reduzir e diversificar os riscos sociais. Isto aplica-se igualmente aos grupos excluídos das instituições formais [*leia-se privados*] de assistência social e aos que são abrangidos por elas. Para este último grupo, a participação no mercado de trabalho proporciona não só rendimentos laborais, mas também uma série de seguros contra riscos sociais (tais como acidentes de trabalho, invalidez, inatividade familiar, variação de rendimentos, longevidade, problemas de saúde, etc.). Em segundo lugar, surge porque o desenvolvimento da segurança social está intimamente ligado à natureza e à mudança da relação de trabalho. (p. 152, tradução nossa)⁷

⁶ “Instead of evolving towards universal coverage, social security and employment protection reinforced segmentation in the welfare mix, excluding more vulnerable groups of workers.”

⁷ “The focus on the job market is explained by two factors. Firstly, it is explained by the dominant role of the labor market in the well-being mix in the region. The labor market is fundamental to families' strategies to reduce and diversify social risks. This applies equally to groups excluded from formal [read private] social assistance institutions and those covered by them. For this last group, participation in the labor market provides not only income from work, but also a series of insurance against social risks (such as work accidents, disability, family



Visto isso, consideramos que há no Brasil uma relação histórica entre mercado de trabalho e acesso a direitos, lembrando sempre que as crianças e adolescentes são impactados direta ou indiretamente pelas condições de empregabilidade dos seus responsáveis.

Em todo o mundo as crianças são sempre as maiores vítimas, as que primeiro conhecem a fome e os seus contornos, cujas dimensões, organizadas em um crescente, fornecem a tônica da pobreza multidimensional, cujas características empregam diversas qualidades além do monetário reunindo a interação entre privações e exclusões a que meninos e meninas estão expostos. Postas à prova da dor, do sofrimento, da violência, da indiferença, da insegurança nutricional, da violação de direitos, do “trabalho” em tenra idade (em prejuízo direto com o lúdico), da desinformação, da falta de educação e do esquecimento político, são os “pequenos” os primeiros a sentir a pobreza, a má nutrição, a se ausentar das escolas e a engrossar a lista das doenças, dos fragilizados, dos vulneráveis, dos esquecidos, e, na era digital, excluídos, ocupam o pedestal dos humanos irrelevantes, compondo um mosaico de descaso e de violação de direitos, cuja herança atende ao legado da pobreza em vários matizes atingidos pela incomensurabilidade de seus números. (Rosseto; Veronese, 2023, P. 419)

Compreender o cenário atual das nossas crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva de totalidade torna necessário resgatar a história, pois as condições objetivas que se colocam na atualidade contém traços herdados do passado. Com às políticas sociais brasileiras não seria diferente, como bem aponta Cohn (2020, p. 131) “buscar as contradições enraizadas no passado que permitam esclarecer o retrocesso que se vive hoje na área social com o intuito de vislumbrar possibilidades propositivas nesta conjuntura tão desfavorável.”.

Nesse ínterim, reforçamos a questão estruturante da herança colonial-escravocrata que toma forma no cotidiano através do racismo. Tal fenômeno, oriundo do colonialismo e do processo de sequestro, desumanização e escravização de pessoas negras e indígenas, repercute até os dias de hoje na vida social, inclusive no que tange às políticas públicas.

Ao compreender que as relações de trabalho e as classes sociais são centrais para a análise das políticas públicas a questão étnico-racial se evidencia novamente, pois a superexploração, os subempregos e o desemprego estrutural que marcam as relações de trabalho tem como elemento estruturante a escravização de pessoas negras.

Na particularidade latino-americana, o Brasil apresenta, de forma singular, processos históricos que demarcam as relações entre capital e trabalho pautadas pela superexploração do trabalho como determinante econômico do capitalismo dependente, e tem como base fundante e dinamizadora o racismo, que, instituído desde a invasão colonial, ao contrário de ser concebido como traço morto ou vestígio do sistema escravista, foi dinamizado e incrementado como um dos mecanismos reguladores do capitalismo dependente e do imperialismo. (Silva; Fagundes, 2022, p. 224)

inactivity, income variation, longevity, health problems, etc.). Secondly, it arises because the development of social security is closely linked to the nature and change of the employment relationship.”



Armando Barrientos (2008) e Amélia Cohn (2020) apontam, em seus escritos, a questão racial articulada ao debate das políticas sociais. Barrientos (2008, p. 138) apesar de não adentrar a fundo sobre a temática, nos alerta para o fato da pobreza e da desigualdade social na América Latina serem mais incidentes na população não branca. Já Amélia Cohn (2020) articula sua tese sobre a política de abate social, ressaltando a naturalização da pobreza e do racismo presente nos discursos e práticas que dão o tom das políticas públicas no Brasil.

A questão da pobreza e das desigualdades sociais naturalizadas, quando não revestidas dos preconceitos inerentes a uma sociedade de origens escravocratas, segue concebida como própria de nossa “natureza” social, numa ordem em que cada segmento social deve ocupar seu lugar específico, constituindo as exceções fenômenos da “meritocracia”. (Cohn, 2020, p.133)

As desigualdades étnicas-raciais naturalizadas colidem com a realidade objetiva, onde os “fenômenos meritocráticos” na verdade são raras exceções. Entendemos com isso a necessidade da questão racial ser uma preocupação transversal na elaboração de políticas públicas de todos âmbitos, inclusive naquelas voltadas para a população infanto-juvenil.

A herança colonial ainda repercute nos dias de hoje, sendo explicitada por exemplo com o fato da recente crise sanitária, econômica, política e social agravando principalmente para os segmentos da classe trabalhadora periféricos, negros, pardos e indígenas.

Nesse sentido, ao ressaltarmos a importância de transversalidade e integração nas políticas públicas a fim de que estas deem conta das múltiplas dimensões da pobreza que reverberam na vida da classe trabalhadora e, em especial, diante do recorte proposto neste artigo, para as crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o público infanto juvenil a integralidade deveria já ser uma realidade devido ao Sistema de Proteção Integral instituído pela Constituição de 1988 e sua posterior estruturação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), porém, como exposto até aqui, a realidade das crianças e adolescentes se encontram inseridas em uma totalidade social permeadas pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Às determinações sócio-históricas, econômicas e políticas das políticas sociais, apesar de não justificar o cenário de pobreza multidimensional e desproteção no qual se



encontram a população infanto-juvenil, podem auxiliar na compreensão do objeto de análise aqui proposto.

Mesmo que às políticas sociais sejam centrais para reprodução da vida da classe trabalhadora, pelo fato delas estarem inseridas na lógica do modo de produção capitalista elas jamais poderão superar às contradições postas, porém entendemos que o processo de luta e conquista de direito seja um processo fundamental para a superação da ordem capitalista, pois como bem nos lembra Marx

(...) devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (Marx; Engels, 2007, p. 33)

Consideramos que as condições de vida dos infantes são indissociáveis das condições de trabalho, da classe social e da raça-etnia dos seus responsáveis. Ao identificarmos a categoria trabalho e classe social em nosso estudo, podemos considerar que a luta pela efetivação dos direitos das crianças e adolescentes está inserida em um contexto mais amplo: o da luta de classes.

Por isso, o enfrentamento das múltiplas dimensões da pobreza que abatem a vida de nossas crianças e adolescentes requer políticas sociais integradas que dê conta das múltiplas áreas importantes para o desenvolvimento dos sujeitos, como também a necessidade de romper com um olhar segmentado de atendimento, visto que o acesso a condições dignas de um recorte da população não se faz suficiente para superar a intensificação da pobreza e suas mazelas. Por fim, tendo em vista que a questão de raça-etnia recebeu grandes ênfases no estudo, consideramos que no Brasil essa questão deve ser transversal na elaboração e efetivação das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BARRIENTOS, Armando. Latin America: towards a liberal-informal welfare regime. IN: GOUGH, Ian, et al. (org.). Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa, and Latin America: Social Policy in Development Contexts. United States of America: Cambridge University Press, New York, 2008, p.121-168.



COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 109, p.129-160, 2020.

CONANDA. A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade. Disponível em: [documento-base-12-cndca.pdf \(cmdca.go.gov.br\)](#). Acesso em: 13 mai. 2023

KLEIN, Lígia Regina. A construção das categorias infância e adolescência sob a produção fabril: contribuição ao debate pedagógico. 129f. **Relatório Final de Pós-Doutorado-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas**, 2012.

ROSSETO, Geralda Magella De Faria; VERONESE, Josiane Rose Petry. Crianças e adolescentes e a pobreza multidimensional no Brasil: o sinal de alerta para a fraternidade. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 417-442, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/47415>. Acesso em: 16 fev. 2024

SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222-231, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnkDZVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 ago. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

UNICEF (BRASIL). Destaques: As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil: Estudo sobre as privações de direitos que afetam crianças e adolescentes no País. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/as-multiplas-dimensoes-da-pobrezana-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: 1 fev. 2024